

A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL: ORDEM E PROGRESSO NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS ÚTEIS (1909-1937)

Renato Marinho Brandão Santos

RESUMO

Criadas no ano de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices voltaram-se à construção de um modelo de ordem social no início da República no Brasil. A partir do estudo de relatórios, leis, matérias de jornal, livros de matrícula, termos de posse e obras didáticas, verificamos que a Escola de Aprendizes de Natal, de modo similar às suas congêneres, vinculou-se às transformações que marcaram o Brasil na virada do século XIX para o XX. A pesquisa foi essencialmente qualitativa, voltada para a interpretação das fontes históricas. Também foram analisados dados numéricos, para compreensão do perfil de aprendizes e servidores da instituição. Em conclusão, observamos que a Escola serviu mais ao disciplinamento dos aprendizes do que à formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Aprendizes de Natal; ordem social; disciplinamento; República.

TITULO EM INGLÊS

ABSTRACT

Created in 1909, the Artisan Apprentice Schools turned to the construction of a social order model at the beginning of the Republic in Brazil. From the study of reports, laws, newspaper articles, registration books, terms of possession and didactic works, we found that the Artisan Apprentices School of Natal, similar to its counterparts, was linked to the transformations that marked Brazil in the turn from the 19th to the 20th century. The research was essentially qualitative, focused on the interpretation of historical sources. Numerical data were also analyzed to understand the profile of the institution's apprentices and servants. In conclusion, we observed that the School served more to discipline learners than to vocational training.

KEYWORDS: Artisan Apprentice School of Natal; social order; discipline; Republic.

1 INTRODUÇÃO

Entre o fim do século XIX, o Brasil passa por transformações políticas e sociais significativas. A abolição da escravidão em 1888 e a instauração da República, no ano seguinte, leva os novos dirigentes da nação (nem tão novos assim, posto que muitos eram monarquistas recém convertidos ao republicanismo) a levantarem uma questão que lhes tirava o sono: o que fazer com uma massa de homens denominados de “desfavorecidos da fortuna”, os quais, na visão daqueles dirigentes republicanos, tendiam ao mundo dos vícios e dos crimes?

O Decreto nº 7.566/1909, responsável pela criação das Escolas de Aprendizes Artífices, tentou responder essa questão. Essas instituições, que aliavam o ensino primário à formação profissional através de oficinas, eram direcionadas principalmente aos jovens desfavorecidos de fortuna, com o objetivo de tirá-los do mundo dos vícios, da vadiagem e dos crimes e torná-los cidadãos úteis à nação. Para tal, deveria se inculcar nesses jovens a cultura do trabalho. O labor deveria ser visto como elemento dignificador do homem e da raça, essencial para a ordem social. Se possível, as Escolas deveriam contribuir ainda para alimentar os anseios da indústria nacional.

Sim, se possível. Pois a pesquisa demonstrou que a finalidade maior dessas Escolas foi, desde seu início, formar o cidadão útil à nação, pacífico, ordeiro. O meio para tal era a Escola, espaço onde os jovens desafortunados aprenderiam o valor do trabalho e da disciplina, além de outros valores caros à elite republicana, como o amor à pátria e o respeito à hierarquia. A moderna instituição escolar, voltada para a transmissão desses valores, era o espaço perfeito para a transformação que se queria: do jovem vadio para o cidadão ordeiro e temente à pátria.

É certo que esses jovens desafortunados tinham um duro caminho a percorrer. Chegavam à Escola com 10 ou 12 anos, em média, e lá ficavam por quatro anos aprendendo, simultaneamente, as primeiras letras e um ofício. Quanto à profissão a seguir, havia, normalmente, cinco opções. Os aprendizes de Natal, após dois anos de formação geral, podiam seguir nos cursos de Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria ou Serralharia. Muitos ficavam, porém, pelo caminho. Abandonavam a Escola por não terem condições materiais de se manter ou eram expulsos a bem da ordem, da decência ou da disciplina.

Entendemos que essa evasão pode ser vista também como uma resposta à disciplina que se procurava impor aos aprendizes. Os casos de indisciplina mostram que entre o projeto idealizado e a realidade cotidiana dessas Escolas havia uma distância razoável que não pode ser desconsiderada. Como podemos compreender esses dois mundos – o projetado e o vivido – nas Escolas de Aprendizes e, em especial na de Natal?

Leis, decretos e regulamentos, por exemplo, nos revelam o que foi projeto ou idealizado por uma elite que acreditava no papel da educação como elemento fundamental para o controle ou manutenção da ordem social. Sim, devemos dizer que tratamos da educação nessa perspectiva, e não de uma educação que vise emancipar ou libertar o indivíduo. As leis, decretos e regulamentos dizem o que devem ser essas Escolas de Aprendizes, como devem funcionar.

A realidade cotidiana da Escola de Natal, por sua vez, é melhor entendida a partir de documentos produzidos pela própria Escola, como, por exemplo, os livros de matrícula, que trazem dados bastante relevantes sobre os aprendizes, tais como nome completo, idade, curso, local de residência e, por vezes, profissão do pai ou do próprio aprendiz. Voltados para os funcionários, os livros de assentamento de pessoal e termos de posse nos ajudam, por sua vez, a construir um perfil de dirigentes, mestres e professores que compuseram a Escola de Natal.

Foram analisadas, também, matérias do jornal A Republica, principal órgão de imprensa na cidade de Natal no início do século XX, e do Diário de Natal, órgão que representava a oposição ao grupo político que comandava os destinos do RN e de sua capital. Essas matérias de jornal ajudam-nos a compreender, em essência, a relação entre a Escola e a cidade, bem como as expectativas da elite local sobre a instituição.

É importante ressaltar que essas fontes não foram vistas por nós como comprovação de uma verdade, mas como representações de uma realidade complexa que procuramos retratar em nosso trabalho. Cada uma das fontes apresentadas representa um olhar sobre a Escola: o olhar dos dirigentes republicanos, o olhar da elite local e o olhar do próprio corpo de funcionários da Escola. Quanto maior a amplitude do corpus documental, mais fiel é esse retrato da realidade de que tratamos. Mas, seja qual for o objeto analisado, sempre restarão lacunas, brechas que o pesquisador não conseguirá preencher. Em nosso trabalho, essa brecha é sentida quando nos referimos ao olhar dos aprendizes artífices. A tarefa de retratar esses alunos é bastante complexa e, antecipadamente, devemos dizer que conseguimos apenas esboçar um perfil daqueles que compuseram a clientela da Escola de Aprendizes Artífices de Natal.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As Escolas de Aprendizes Artífices são exemplos da moderna instituição escolar, a qual foi inventada a partir da segunda metade do século XIX. Tida como a “equivalente secular da Igreja”, a Escola moderna nasce com a função de “estabelecer padrões comuns de comportamentos e valores” (Hobsbawn, 2002, p. 301). Esses padrões são definidos por um centro de poder no qual se encontram a elite ou os grupos dirigentes. A Escola, mais do que estabelecer, difunde-os, (im)pondo-os como regras a serem seguidas, quase dogmas.

A difusão destes padrões liga-se diretamente à definição de um currículo, o qual foi entendido por nós como um “artefato social e cultural (...) implicado em relações de poder” (Moreira; Silva, 2000, p. 7-8). Ou seja, é preciso entender o contexto de produção de um currículo e as forças e grupos sociais a ele vinculados. Relativamente às Escolas de Aprendizes, esse currículo, alvo de questionamento nos primeiros anos de funcionamento dessas instituições, será melhor delineado a partir do Serviço de Remodelação, que passou a atuar na década de 1920. A partir daí, veremos uma ênfase na formação prática nas oficinas, sem que se perca de vista o objetivo de formar o cidadão útil e ordeiro para a nação.

Também em Afonso, vemos a Escola como essa instituição responsável por definir padrões comuns de comportamentos e valores. O autor, ao analisar um projeto pedagógico

alternativo de educação em Portugal, na transição do XIX para o XX, liderado por correntes do Protestantismo, define a Escola como espaço dedicado a combater o “pecado da ociosidade” e impedir que a mocidade tivesse uma “vida lastimosa” (Afonso, 2014, p. 93-94).

No Brasil do início do século XX, também se observa um contexto de mudanças. A República, à época do decreto nº 7.566/1909, ainda nem fizera 20 anos e as marcas da escravidão, abolida apenas em 1888, ainda estavam presentes na sociedade. Para os dirigentes republicanos, era fundamental disciplinar uma massa de homens que tendiam, de acordo com seu discurso, ao mundos dos vícios, da vadiagem e dos crimes.

É difícil falar em disciplina ou disciplinas, no plural, sem remetermos a Foucault. O filósofo francês afirma que essas disciplinas podem ser vistas em “funcionamento nos colégios muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro, às vezes lentamente e de maneira mais discreta” (Foucault, 2009, p. 134).

O treinamento militar recebido pelos aprendizes em 1913; a adoção da ginástica como disciplina escolar, na década de 1920; e a implantação de um grupo de escotismo, em fins da década de 1930, não representariam, no caso da Escola de Aprendizes de Natal, esse contato, interseção, ou troca de elementos entre o espaço militar e o escolar que ajudariam a disciplinar aquela massa de homens referidos pelos dirigentes da República como “classe perigosa”?

É certo que regulamentos, relatórios e o próprio decreto de criação das Escolas enfatizam o caráter disciplinar dessas instituições. Portanto, o conceito de *disciplina* adotado por Foucault é relevante para a pesquisa realizada. Mas, procuramos mostrar que os sujeitos que sentavam nos bancos escolares também resistiram a essa disciplina por diferentes meios.

Para darmos conta dessas resistências, adotamos também a leitura de Sidney Chalhoub, em especial da sua obra *Trabalho, lar e botequim* (2001). Esse historiador analisa o cenário social pós-abolição, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, observando como a elite imperial alargará o sentido do conceito de *classes perigosas* adotado na Inglaterra oitocentista, tornando-o sinônimo de *classes pobres*. Para essa elite, cujas características essenciais são mantidas na República, era necessário fazer um “esforço de revisão de conceitos, de construção de valores” capazes de constituir uma “nova ética do trabalho” (Chalhoub, 2001, p. 65).

Chalhoub mostra, porém, que essa tarefa não será simples, tendo em vista que o grupo que se quer disciplinar resiste, traça estratégias e age indo de encontro às forças que procuram conformá-lo. Em nosso caso, buscamos captar essas resistências especialmente através dos livros de matrícula, nos quais os registros de algumas observações indicam que os aprendizes, por vezes, resistiam a enquadrar-se nas normas da instituição.

3 METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se, essencialmente, na leitura e interpretação das fontes históricas – livros de matrícula, livros de assentamento de pessoal, relatórios ministeriais, leis, fotografias, entre outras – as quais foram vistas como representações de uma realidade diretamente

vinculadas aos interesses dos grupos sociais que as produziram, e não como verdade em si dos fatos.

Como aponta o próprio Sidney Chalhoub, “o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ (...), e sim compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso” (Chalhoub, 2001, p. 40). A análise dessas diferentes versões por parte do historiador vincula-se diretamente à escolha do *corpus documental*. Quanto mais amplo for esse *corpus* e mais variada for sua origem, maior as chances do historiador captar na sua narrativa as diferentes vozes dos agentes sociais envolvidos no processo histórico estudado.

Em nosso caso, reforçamos que as fontes analisadas representam, normalmente, a visão daqueles que estavam no poder, os dirigentes republicanos que visavam reformar, através da educação escolar de caráter profissionalizante, a índole de sujeitos genericamente denominados pela lei de *desfavorecidos de fortuna*. Assim, observamos em um relatório do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, a que estavam vinculadas as Escolas de Aprendizes, que o fracasso dessas instituições identificado nos meados da década de 1910 devia-se, segundo análise do ministro Manoel Vieira, à necessidade de receber uma clientela majoritariamente analfabeta, sem o que as Escolas ficariam quase vazias (Vieira, 1914, p. XXVIII).

Nessa perspectiva, cabe dizer que é preciso ler atenta e cuidadosamente a documentação, para que possamos perceber com maior clareza a intencionalidade dos discursos presentes nas fontes analisadas. Essa afirmativa é ainda mais verdadeira quando nos ocupamos de traçar um perfil dos sujeitos que fizeram parte da história da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, em especial sua clientela, aqueles chamados de desfavorecidos de fortuna. Afinal, quem eram esses aprendizes?

Pesquisamos livros de matrícula das décadas de 1920 e 1930, onde encontramos nome completo, idade, local de moradia, nome do pai ou responsável e, por vezes, ocupação profissional do aprendiz (comum nos livros do curso noturno, frequentado por adultos) ou de seu responsável. Todas essas informações foram cadastradas em planilhas no Excel, de modo a podermos visualizar dados referentes a milhares de matrículas.

Os diversos dados sobre esses sujeitos foram apresentados em diversos quadros e gráficos, alguns dos quais presentes neste artigo. O caminho tomado em relação aos funcionários da instituição – diretores, mestres, contramestres, professores e seus auxiliares. Além dos termos de posse e livros de assentamento de pessoal, pesquisamos ainda informações presentes nos jornais para entendermos como esses funcionários relacionavam-se com outros membros da sociedade local, em especial aqueles que administravam a cidade e/ou o estado do Rio Grande do Norte. Esses dados também foram apresentados em gráficos para que pudéssemos visualizar com maior clareza o perfil geral desses funcionários.

Por fim, a relação entre a Escola e a cidade também foi vista sob diferentes perspectivas: estudamos as relações econômicas estabelecidas entre a instituição e a praça natalense, através de livros de créditos distribuídos e pagamentos requisitados, bem como daqueles que tratavam da compra de materiais de consumo; investigamos a inserção dos aprendizes no mercado de

trabalho e, ainda, analisamos as expectativas criadas pela Escola na sociedade natalense através, especialmente, da leitura de jornais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa nos permitiu uma compreensão mais clara do funcionamento das Escolas de Aprendizizes, em especial a de Natal, e que papel cabia a essas instituições no projeto republicano de sociedade. Nessa perspectiva, os estudos nos levaram ao entendimento de que essas Escolas serviram, ao longo do período estudado, mais à ordem do que ao progresso. Dito de outro modo, coube a elas disciplinar/reformar jovens desfavorecidos de fortuna que tendiam, de acordo com o discurso dos dirigentes republicanos, ao mundo dos vícios e dos crimes. A formação da mão de obra para a nascente indústria brasileira esteve sempre em segundo plano.

Esse resultado principal foi alcançado em virtude do cumprimento de outras metas previstas pela pesquisa, dentre as quais destacamos a caracterização do perfil de aprendizes e funcionários que tiveram suas trajetórias vinculadas à Escola de Aprendizizes de Natal. Através do projeto de pesquisa intitulado *Análise do perfil de aprendizes e servidores da Escola de Aprendizizes de Natal: 1909-1937*, apoiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propi) do IFRN, pudemos levantar e analisar 1418 registros de matrículas presentes em livros dos anos de 1924 (diurno), 1925 (diurno), 1926 (diurno e noturno), 1927 (noturno), 1928 (diurno), 1929 (diurno), 1930 (diurno), 1931 (diurno), 1932 (diurno), 1933 (diurno), e 1937 (diurno).

Pela leitura de tais fontes, podemos perceber, por exemplo, as preferências dos alunos quanto aos cursos oferecidos, como se vê no quadro seguinte.

Quadro 1 – distribuição dos aprendizes por oficinas							
Ano	Alfaiatari a	Marcenaria	Serralheria	Funilaria	Sapataria	N/C	TOTA L
1926	48	133	64	2	11	40	298
1928	48	83	56	0	10	0	197
1929	26	42	38	6	8	0	120
1930	37	40	35	4	10	1	127
1931	31	90	65	2	15	0	203
1932	35	100	46	0	28	2	211
1933	55	95	57	0	31	3	241
Total Curso	280	583	361	14	113	46	1397

Fonte: elaboração própria, a partir de dados presentes nos livros de matrículas.

O quadro deixa claro que os aprendizes tinham preferência pelos cursos de marcenaria, sempre o mais escolhido nos anos analisados, e serralheria. O curso de sapataria e, em especial, o de funilaria, tinham baixíssima adesão. O fracasso desse curso está, certamente, relacionado à

frágil situação da indústria local. Para termos uma ideia, a primeira indústria metalúrgica do RN, a qual seria capaz de absorver os aprendizes formados em funilaria, surgiria apenas em 1925 (Sousa, 2015, p. 85). O curso de marcenaria, por outro lado, tinha caráter mais artesanal e é possível supor que permitisse ao aprendiz uma inserção mais rápida no mundo do trabalho.

Outra questão que pode ser feita a partir da análise dos livros de matrículas é de que espaços da cidade vinham os aprendizes. Essa questão, em parte respondida no quadro que se segue, ajuda-nos a delinear o perfil socioeconômico dos aprendizes.

Quadro 2 – distribuição espacial dos aprendizes					
Ano	Bairro				
	Cidade Alta	Ribeira (Rocas)	Cidade Nova	Alecrim	Outras localidades
1925 (Diurno)	40	16 (5)	28	28	14
1926 (Diurno)	75	24 (13)	57	51	39
1927 (Noturno)	13	3 (2)	2	3	6
1928 (Diurno)	10	6 (5)	11	16	9
1930 (Diurno)	61	16 (12)	27	80	56
1931 (Diurno)	68	60 (50)	31	149	52
1937 (Diurno)	43	18 (17)	34	129	74
Total por bairro	310	143 (104)	180	456	250

Fonte: elaboração própria, a partir de dados apresentados nos livros de matrículas.

A análise da tabela acima passa pela compreensão da geografia da cidade de Natal no início do século XX. É importante lembrar que, até a década de 1930, a capital potiguar possuía quatro bairros oficiais: Cidade Alta, Ribeira (estes os mais antigos), Cidade Nova, primeiro bairro planejado, e o Alecrim, fundado em 1911. A tabela mostra-nos que os jovens desafortunados que ingressaram na Escola de Natal vinham de todos os cantos da cidade. Mas é perceptível o predomínio daqueles oriundos do bairro popular do Alecrim: são 456 de um total de 1339 cuja localização é apresentada nos livros de matrícula, ou seja, pouco mais de 34% das matrículas identificadas, número bastante significativo. E o que podemos dizer sobre esses aprendizes?

O bairro do Alecrim, originalmente habitado pelas classes populares e pensado como bairro operário da cidade, era essencialmente formado por aqueles que a lei denominava de desfavorecidos de fortuna. Localizados na periferia da área urbana, eram esses aprendizes do Alecrim os que mais caminhavam até chegar a Escola. Boa parte deles, quarenta ao todo, vinham da Avenida 10, e tinham que percorrer cerca de dois quilômetros até a Escola, tendo em vista que dificilmente teriam condições de arcar com a entrada do bonde.

Poder-se-ia pensar, por outro lado, que havia tantos outros aprendizes que vinham de Cidade Nova. Mas este bairro, planejado pela e para a elite local, era também, para desprazer desse grupo social, habitado por desfavorecidos de fortuna. Isso porque referimo-nos aqui a uma

cidade pequena, com centro urbano de dimensões acanhadas e transporte público precário. O bonde chegava apenas aos principais pontos da cidade. A população mais humilde não tinha como viver longe do centro.

Apesar disso, chama-nos a atenção o fato de os pais dos alunos L. Estevam Villela, Moyses Pompeu, Antonio Ferreira, João Barbosa da Silva, Sebastião Cardozo, Raimundo Nonato Lourenço e Severino Freire, matriculados na Escola no ano de 1926, terem indicado como endereço residencial a Solidão, região em que ficava o sítio homônimo de propriedade de Pedro Velho. Além deles, os aprendizes João de Oliveira e José Miguel, matriculados no ano anterior, moravam, segundo seus pais, no entorno da Praça Pedro Velho, ponto central do bairro Cidade Nova. Embora não tenhamos informações precisas sobre o “bota abaixo” (“Governo Municipal”, *A Republica*, 14 jan. 1905, p. 1) que a Intendência empreendeu naquela região na busca por higienizá-la e retirar dali os pobres, acreditamos que essa ação tenha se iniciado justamente nas áreas próximas às propriedades da família Albuquerque Maranhão, a qual dominava a política local no início do século XX. Nessa perspectiva, é possível supor que alguns dos aprendizes acima referidos não se enquadravam no perfil de desfavorecidos de fortuna.

E sobre os funcionários da Escola, o que podemos dizer? Pelos termos de posse, identificamos trinta e dois deles que assumiram seus cargos entre os anos de 1909 e 1937. Os primeiros a ingressarem na Escola foram Sebastião Fernandes de Oliveira, nomeado diretor; Virgílio Vieira de Mello, porteiro-almoxarife, ainda em 1909; Pedro Soares de Araújo Filho, escriturário, também em 1909; Abel Juvino de Paes Barretto, professor de desenho, no ano de 1910; Maria do Carmo Torres Navarro, também em 1910; Ezechias Pegado Cortez, escriturário (ocupou lugar deixado por Pedro Soares de Araújo Filho), em 1911; e Paschoal Romano Sobrinho, Joaquim de Paula Barboza, João Viterbino Lins, José Barboza da Silva e Francisco Severo da Silva, mestres, respectivamente, das oficinas de sapataria, marcenaria, funilaria, alfaiataria e serralheria, em 1911.

Chama-nos a atenção a trajetória de Maria do Carmo Torres Navarro. Professora do curso noturno, tomou posse na instituição em 15 de janeiro de 1910. Foi a quarta funcionária da Escola de Natal, a primeira mulher. Tinha vinte e um anos de idade e era solteira (Escola, 1909-1945, s.p.). Ocupava nessa escola a única função que cabia: a de professora de primeiras letras. Virão outras mulheres depois dela, como a sua adjunta, a professora Maria Abigail Furtado de Mendonça, que assumiu o cargo em 1912. Também solteira, Abigail Furtado tinha, à época, dezoito anos. Eram solteiras ou viúvas. Maria Rosa Ribas Marinho, professora do primário, foi supostamente “exonerada do cargo por *haver contraído matrimônio*”¹ (Gurgel, 2007, p. 17; grifo da autora). No início do século XX, podemos observar que o trabalho para a mulher era visto como uma “ocupação transitória”, a qual deveria ser abandonada tão logo se impusesse “a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (Louro, 1997, p. 449).

Mas a Escola de Aprendizes era, de fato, um espaço predominantemente masculino. Exclusivamente, quando nos referimos aos alunos. Predominantemente quanto aos funcionários, como revela um rápido balanço a partir das fontes que nos ajudam a construir seu perfil:

¹ Não encontramos essa informação no registro funcional da funcionária. Esse dado é, porém, verossímil, considerando que não identificamos registros de funcionárias que fossem casadas.

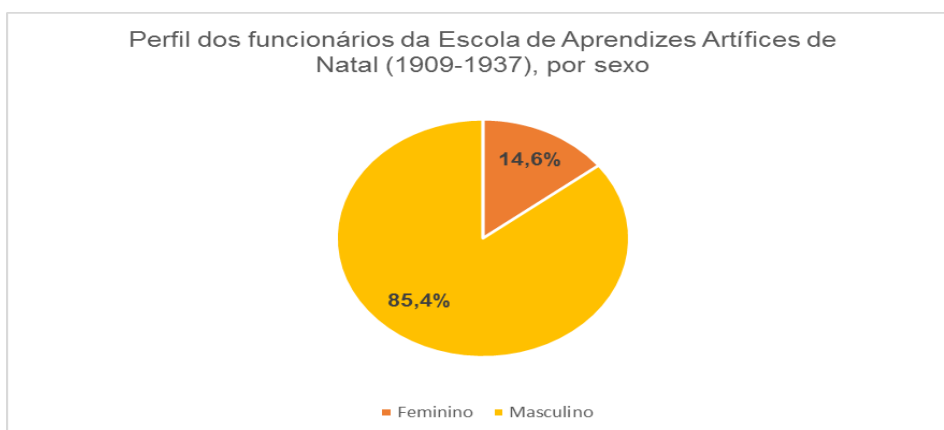


Gráfico 01: Perfil dos funcionários da Escola de Aprendizes Artífices (1909-1937), por sexo.

Fonte: Termos de posse, Livros de assentamento de pessoal (1911-1912) e registro funcional dos servidores.

Para a análise presente no gráfico acima, foram coligidos dados dos termos de posse, livros de assentamento de pessoal e registros funcionais dos servidores. Os termos de posse registram entrada de funcionários até o ano de 1944. Levamos em consideração, porém, o ingresso até o ano de 1937, tendo sido possível identificar a entrada de sessenta e quatro homens e onze mulheres. Essas mulheres eram professoras do primário e suas adjuntas. Odi Freire, pela que consta nos registros da Escola, foi a primeira a quebrar essa regra: era professora de Ciências físicas e naturais. Mas o ano era já o de 1943.

A maioria dos funcionários eram homens. Homens e casados, diferentemente das mulheres que deveriam ser solteiras ou viúvas. O gráfico abaixo ajuda-nos a compreender o perfil desse funcionário.

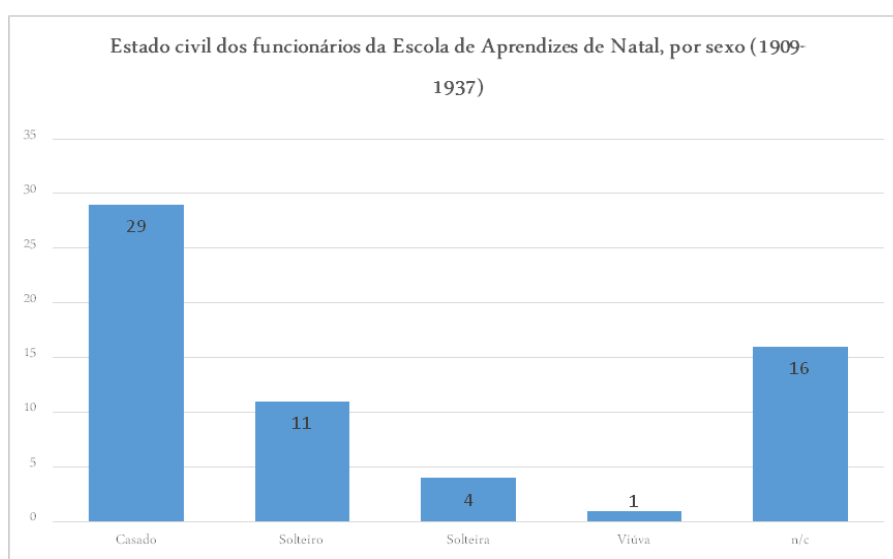


Gráfico 02: Estado civil dos funcionários da Escola de Aprendizes de Natal, por sexo (1909-1937).

Fonte: Livros de assentamento de pessoal (1911-1912) e registro funcional dos servidores.

O gráfico acima foi elaborado a partir de dados coletados nos livros de assentamento de pessoal e registro funcional dos servidores. Os termos de posse, por não conterem informações

sobre estado civil, não foram utilizados. Observamos que o homem casado, chefe de família, representa a clara maioria daqueles que ingressaram na Escola de Aprendizes de Natal como funcionários. Em síntese, a Escola, sem apartar-se da sociedade, acabava por representá-la em seu interior: a instituição era comandada por homens casados, normalmente de meia idade, e às mulheres – solteiras ou viúvas, reforçemos – cabia o papel maternal de professoras das primeiras letras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de criação de uma rede de ensino profissional em todo o país foi, sem dúvida, inovadora. Até o ano de 1909, o Brasil não havia vivenciado, de fato, nenhuma experiência no campo do ensino profissional que tivesse a abrangência alcançada pelas Escolas de Aprendizes Artífices. Essa inovação não pode ser confundida, porém, com revolução.

Em *O leopardo*, obra de Tomasi de Lampedusa², o personagem principal Tancredi, membro da decadente aristocracia italiana, declarava ao tio: “se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude (2003, p. 42)”. Tal frase parece-nos muito representativa do modo de pensar e ser dos dirigentes republicanos na virada para o século XX. Naquele momento de transição, a elite brasileira avaliava como manter-se intacta no poder. No campo político, monarquistas fiéis aderiram de última hora ao republicanismo. O marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe que derrubou Dom Pedro II, e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, são exemplos vivos dessa rápida transição. Personagens que lembram Tancredi e reforçam a concepção de que o brasileiro herdou do português sua plasticidade social, sua capacidade de adaptar-se facilmente ao meio e subverter o novo (Holanda, 2009, p. 41-66).

No campo social e econômico, a abolição da escravidão foi um processo lento, gradual e tutelado por essa elite, que não queria ver se repetir em terras brasileiras o que se passara no Haiti quase um século antes. Naquela sociedade em transformação na virada do século XIX para o XX, o negro permanecia como ser marginalizado.

O negro e o pobre, pois a República instaurada em 15 de novembro de 1889 em muito se distanciava daquela sonhada pelos românticos, voltada para as vontades e interesses do povo. Na República real, esse povo estava aliado do poder, impedido de votar e ser votado. Tudo mudava para que tudo permanecesse como estava.

No processo de mudanças, as Escolas de Aprendizes Artífices surgem como espaços que deveriam ajudar a manter a ordem social. Em síntese, cabia a essas instituições transformar jovens desafortunados, tendentes, no discurso dos dirigentes republicanos, ao mundo dos vícios e à vadiagem, em cidadãos ordeiros e pacíficos, incutindo-lhes a cultura do trabalho. Aos membros da elite destinavam-se escolas como o Atheneu Norte-Riograndense, de onde partiam para a Faculdade de Direito do Recife e, em seguida, para a carreira no funcionalismo público. Ali, nas repartições públicas, os valores da personalidade desse *homem cordial* eram mantidas em

² Publicada postumamente em 1959. Usamos edição brasileira não numerada, publicada no ano de 2003.

sua essência, exigindo-se dele “um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade (Holanda, 2009, p. 157)”.

Exatamente o contrário do que era cobrado ao aprendiz nas Escolas de Artífices. A rigidez disciplinar foi uma marca da Escola de Natal e das congêneres ao longo do período estudado. Pudemos verificar que alguns dos alunos foram eliminados “a bem da ordem”, “a bem da decência” ou “a bem da disciplina”, expressões presentes nos livros de matrícula, de onde muitos nomes foram riscados. Ali, os valores de personalidade deveriam ser sujeitados em nome de uma hierarquia rígida e uma firme obediência às regras da Escola. Não se pode imaginar, contudo, que a personalidade dos jovens aprendizes fosse anulada por essa disciplina. A eliminação de dezenas de alunos pode e deve ser tomada como um forte indício de resistência.

Se a rigidez disciplinar foi uma marca perene das Escolas de Aprendizes, não se pode dizer o mesmo do currículo. Para além da disciplina que o aluno deveria incorporar, não havia uma clara definição do que se devia ensinar e aprender nessas Escolas. É, por conseguinte, difícil compreender o que se esperava, relativamente ao perfil profissional, do aluno egresso. Uma realidade que só começou a ser alterada na década de 1920, com a atuação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional. A obra de Luderitz e de seus subordinados visava, em síntese, acrescentar às Escolas de Aprendizes outros elementos pertinentes à Escola moderna: uma clara definição das disciplinas que deveriam compor o currículo e, através dessa demarcação do itinerário formativo, a (tentativa de) homogeneização do que se ensinava e aprendia.

É certo, de qualquer modo, que o vínculo entre a Escola e a cidade não se restringia apenas a trocas comerciais. Expectativas e desejos foram compartilhados também pelos dois espaços. Queremos dizer que a Escola chegou à cidade num momento de transformações e foi parte integrante dessas mudanças vividas na Natal do início do século XX.

Os de “pés no chão” faziam parte desses planos. Eram sujeitos que, na visão daquela elite, não compreendiam o processo de transformação vivido pela cidade, posto que não eram dotados dos valores de civilidade e civilização que aquele grupo social acreditava possuir. Por isso, as escolas – a Escola de Aprendizes Artífices de Natal e as dezenas de grupos escolares criados na mesma época – deveriam ser espaços de transformação dos desfavorecidos de fortuna. Ali, na Escola de Aprendizes de Natal, “pequenos vagabundos” (“Eschola”, 13 jan. 1910) dariam lugar ao operariado que ajudaria a construir uma nova nação.

As Escolas de Aprendizes Artífices, entre as quais a da capital potiguar, representaram um importante plano da República brasileira voltado para a educação popular. Foi uma experiência renovadora, sem claro paralelo com ações anteriormente desenvolvidas. O “espírito renovador” (Fonseca, 1986, p. 160) da República deixava claro o que seus dirigentes tinham em mente: era preciso que tudo mudasse para que tudo permanecesse como estava.

6 REFERÊNCIAS

AFONSO, J. A. M. M. As representações da infância e da juventude na imprensa infanto-juvenil protestante portuguesa na transição do século XIX – uma leitura do Amigo da Infância (1874-

1940). In: MORAIS, J. J. da Silva et al (org.). *Secularidades e confessionalidades na História da Educação*. João Pessoa: Sal da terra, 2014

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

DECRETO nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. (1909). Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 20 jan. 2012.

FONSECA, C. S.. *História do ensino industrial no Brasil*, 1 (2ª ed.; 1ª ed.1962). Rio de Janeiro: Senai, 1986.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (37ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2009

“Escola de Artífices”. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1910, p. 1.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1911). *Livro de assentamento do pessoal, 1911*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1912). *Livro de assentamento do pessoal, 1912*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1924b). *Livro de matrículas (diurno), 1924*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1925). *Livro de matrículas (diurno), 1925*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1926). *Livro de matrículas (diurno), 1926*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1926). *Livro de matrículas (noturno), 1926*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1927). *Livro de matrículas (noturno), 1927*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1928). *Livro de matrículas (diurno), 1928*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1929). *Livro de matrículas (diurno), 1929*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1930). *Livro de matrículas (diurno), 1930*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1931). *Livro de matrículas (diurno), 1931*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1932). *Livro de matrículas (diurno), 1932*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1933). *Livro de matrículas (diurno), 1933*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1937). *Livro de matrículas (diurno), 1937*, Natal.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. (1945). *Termos de posse – 1909-1945*, Natal.

HOBBSAWN, E. J. A produção em massa de tradições. In: HOBBSAWN, E. J. E; Ranger, T. (Orgs.). *A Invenção das tradições* (3ª ed.) (pp. 271-316). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002..

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* (26ª ed.; 1ª ed. 1936) São Paulo: Companhia das letras, 2009

LAMPEDUSA, T. di. *O leopardo*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade* (4ª ed.). São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA, F. C. *Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. 2015.

VIEIRA, M. E. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1914*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2006/>. Acesso em 23 jan. 2013.